



## EDUCAÇÃO ABERTA À DIVERSIDADE SEXUAL: REFLEXÕES DOCENTES

BARRETO, Johne Paulino; SILVA, Marcelo Medeiros da

(Johne Paulino Barreto)

(*Johne Paulino Barreto – Universidade Estadual da Paraíba / johne.paulino20@hotmail.com*)

**Resumo:** A sociedade do século XXI, a cada dia, passa por transformações sociais decorrentes dos avanços tecnológicos, das lutas de classes e das reivindicações de direitos que até então não eram facultados às minorias sociais. Nesse cenário, a escola assume um papel de relevo porque a ela compete a formação de alunos conscientes e comprometidos com essas transformações que pouco a pouco têm alterado os códigos culturais e comportamentais em que se assenta a nossa sociedade. Dentre essas transformações a que a escola não pode se furtar de discutir com seus alunos, estão as questões de gênero e de sexualidade, especialmente as que dizem respeito às minorias sexuais. Tendo em vista o exposto, o presente trabalho procura refletir acerca da importância de uma educação cujo escopo seja a diversidade sexual. Em nossa reflexão, acreditamos que a reflexão, na sala de aula, sobre essa diversidade pode auxiliar para que o currículo escolar tenha uma natureza inclusiva e, assim, promova, no ambiente escolar, o respeito à diferença, à diversidade, sobretudo aos sujeitos pertencentes ao grupo LGBTTTT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero). A presente pesquisa é de cunho bibliográfico e segue a seguinte linha teórica: estudos de gênero e de sexualidade. Para tanto, apoiamos nossas reflexões nos estudos de Rena (2014), Severo (2013) e Garcia (2002), além dos documentos parametrizadores, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM, 2006), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997). Esperamos que as reflexões apresentadas neste trabalho possam impulsionar outros trabalhos com a temática da diversidade sexual, de maneira que a inserção, sistemática, de tal temática, na sala de aula, possa contribuir para a formação de alunos/as que, por sua vez, possam vir a ser cidadãos/ãs mais respeitosos/as, humanizados e abertos à pluralidade que nos institui e nos constitui.

Palavras-Chave: Reflexões Docentes. Educação Humanizadora. Gênero e Sexualidade. Diversidade Sexual.

### 1. INTRODUÇÃO

A formação do professor diz respeito a um processo de aperfeiçoamento do profissional da educação a partir da realidade escolar em que atua. Por isso, essa formação deve ser “contextualizada, com levantamento das necessidades do contexto escolar e de cada professor, em sintonia com as demandas sociais e culturais” (OLIVEIRA, 2013, p.33). Dentro dessa perspectiva, o professor não será aquele que apenas dará aulas, mas buscará uma capacitação que lhe permita realizar pesquisas, a fim de desenvolver novos saberes e de refletir sobre sua própria prática a partir



de investigações que podem ser oriundas do seu próprio fazer pedagógico. Para isso, é importante que a prática docente seja motivada pela ação e reflexão, bem como seja guiada pela ideia de interação entre todos que participam direto e indiretamente da educação: gestores, pais, coordenadores, funcionários da secretaria escolar etc.

Sendo assim, o ensinar vai além dos limites da sala de aula, sempre procurando associar a teoria com a prática (práxis), tendo em vista os conhecimentos e saberes necessários para que haja uma boa interação (aluno-professor-conteúdos) na sala de aula. Essa interação poderá ser bem sucedida no momento em que as experiências de mundo dos alunos, como também a realidade deles, possam ser um dos fatores relevantes para a construção do saberes que a escola fomenta.

Dessa forma, o ensino, na atualidade, não pode ser tratado a partir de uma abordagem tradicionalista, uma vez que estamos vivenciando uma exploração tecnológica que modifica todo o processo de aprendizagem. Além disso, vivemos em constantes transformações sociais que incidem diretamente sobre a escola, havendo, portanto, uma necessidade de discutir em sala de aula tais transformações de maneira que os alunos não só saibam compreendê-las, mas interferir nelas. E o professor deve ter consciência dessas novas questões e, por sua vez, traçar um novo perfil de aula que possa despertar o interesse dos discentes, devendo ser, portanto, um agente reflexivo da sua própria prática docente.

Dentre tais transformações por que passa a nossa sociedade e que se faz necessária como objeto de discussão e reflexão em sala de aula, está a reflexão sobre diversidade sexual. Nesse sentido, se o docente entende que a educação é fator de humanização e que a escola deve formar sujeitos que, para além de críticos, sejam também respeitosos com o que é diferente, que valorizem a diversidade e a pluralidade não só de ideias, mas de desejos, modos de ser e de existir, compete a esse docente criar condições para que, em sala de aula, a discussão sobre diversidade seja algo cotidiano de maneira que os alunos possam se tornar conscientes de que a diversidade é, “do ponto de vista cultural, [uma] construção histórica, cultural e social das diferenças”. (GOMES, 2007, p.30). Dessa maneira, a diversidade pode ser entendida como reafirmação de um grupo que, por motivos culturais e históricos, são colocados numa posição diferente daqueles que são considerados idênticos. Assim, “nenhum grupo humano e social é melhor do que outro. Na realidade, todos são diferentes. Tal constatação e senso político podem contribuir para se avançar na construção dos direitos sociais” (GOMES, 2007, p.30).

Conforme Garcia (2000), é na escola que crianças e adolescentes devem começar a refletir sobre orientação sexual, para que eles possam ter suas experiências de crescimento pessoal e de



aprendizagem, de modo que haja reflexões acerca de comportamento sexual, respeito de relacionamentos, valores etc. Com isso, segundo esse autor, os alunos poderão enriquecer-se no desenvolvimento humano, na comunicação, na sociedade, na cultura e na saúde sexual.

Sabe-se que refletir sobre orientação sexual e sobre identidade de gênero na escola é um dever necessário para que haja um conhecimento mais profundo sobre o comportamento humano em meio as suas escolhas e seus direitos como cidadãos. Além disso, “esse trabalho de orientação está concebido dentro de um processo educativo ético” (GARCIA, 2000, p. 22), processo esse que diz respeito ao dever que a escola tem em fazer os alunos refletirem criticamente acerca dos diversos assuntos transversais, instigando-os à cidadania e à humanização enquanto pessoas que agem diretamente na sociedade.

Nesse sentido, o professor tem a função de formador, pois esse profissional tem o dever de “conduzir o educando para a reflexão e atuar sobre o pensamento. Não é um pensamento qualquer ou de qualquer maneira, não podendo ficar somente sob a responsabilidade de próprio sujeito” (SILVA, 2012, p. 37). Isso quer dizer que o professor terá de desmistificar ideias que seus alunos acham ser corretas – ideias essas que muitas das vezes vêm da tradição (senso comum, crenças religiosas, valores familiares etc.) – permitindo-lhes descobrirem novas informações e serem pessoas não preconceituosas.

## **2. DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA, CURRÍCULO ESCOLAR E DOCUMENTOS PARAMETRIZADORES**

O tema “diversidade sexual”, na sociedade do século XXI, ainda é considerado tabu, estranho ou algo que pode gerar inquietação nos vários setores sociais. Entretanto, desde o final do século XX, há uma preocupação dos pesquisadores em estudar a relação entre pessoas do mesmo sexo, com o objetivo de compreender as mudanças sociais, ou seja, transformações da sociedade com relação ao seu modo de viver, de pensar e de agir, bem como (re)construir os termos dados a essa relação. Neste caso, o termo “homossexualidade”, para a sociedade contemporânea, parece ser mais aceito do que homossexualismo, pelo fato de aquele implicar numa ideia mais ampla e menos preconceituosa, enquanto este remete à ideia de doença, advinda do século XIX. Porém, como afirma Costa (1992), havia certa insatisfação nos termos “homossexualidade” e “gay”, pelo fato de essas duas palavras passarem pela ideia de questão identitária, algo que caracterizasse pessoas que praticam relações afetivas e sexuais.

Para pôr fim a essa ideia, Costa (1992) propõe o termo “homoerotismo” com o objetivo de negar as concepções ligadas ao que se entendia por homossexualismo ou homossexualidade. Para o autor, a noção de homoerotismo é mais adequada por descrever os desejos ou práticas dos homoeróticos em sua diversidade e romper qualquer visão essencialista ou patológica. Ele ainda afirma que esses termos anteriores relacionam-se à doença, ao crime e, até mesmo, a uma marca de inferioridade atribuída a todos os sujeitos cuja orientação sexual tende ao amor entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Oliveira (2006), discordando do termo “homoerotismo” elaborado por Costa (que nega as ideias do século XIX, como doenças físicas ou psicológicas, mas remete a um dos aspectos de preconceito contra gays que é o interesse e prática sexuais exagerados), cria a palavra “homoafetividade” para realçar o aspecto que não é de ordem, nem tampouco sexual, e sim da afetividade, o afeto independente do sexo do par. Ou seja, a ideia deste termo implica numa relação vinculada ao afeto, ao acontecimento de uma pessoa se sentir bem sexualmente, amorosamente e psicologicamente com outra do mesmo sexo. Todas essas questões estão inteiramente ligadas às noções de sexualidade e gênero, noções essas que podem esclarecer algumas dúvidas no que dizem respeito à relação entre pessoas do mesmo sexo.

A essa discussão, acrescentemos outra: a do conceito de gênero, o qual está muito ligado à noção de construção de atitudes, comportamento e identidade social. Aprendemos a ser homem ou mulher pela influência familiar, meios de comunicação, religião, amigos, espaço de trabalho, etc. Entretanto, essa noção pode ser desconstruída à medida que os fatores sociais, históricos, afetivos e culturais vão sendo associados à identidade pessoal do ser masculino e do ser feminino que é independente do sexo biológica. Severo (2013) afirma que a ideia de ser mulher ou ser homem faz parte da construção da realidade social, como afirma na seguinte passagem:

A maneira de ser homem ou ser mulher é produzida na cultura. As várias formas de fazer-se mulher ou homem são construídas socialmente, são produtos da realidade social e não são naturalmente determinados pelas diferenças inscritas nos corpos, assim também como o modo de viver desejos e prazeres corporais. (SEVERO, 2013, p.62)

Essa construção implica dizer que o sujeito tem suas experiências sociais e pessoais que podem ou não ter relação com o sexo atribuído no nascimento, podendo haver modificações nas vestimentas e, até mesmo, na aparência física através de processos cirúrgicos. Essas experiências também têm a ver com a capacidade de cada sujeito despertar um interesse afetivo, sexual e/ou emocional por uma pessoa de sexo diferente, do mesmo sexo ou de ambos os sexos.

A orientação sexual está inteiramente ligada à vida, à saúde e aos direitos humanos, pois a sexualidade é uma característica relacionada ao desejo despertado pelo ser humano, “é uma questão de comportamento animal” (SEVERO, 2013, p.70), que não nascemos com ela de forma pronta, mas sim vamos nos identificando, de acordo com as experiências vividas por cada um(a). Conforme Rena (2014), a sexualidade é uma construção social que está em constante interação com a realidade em que está inserida.

Sendo assim, refletir e discutir sobre sexualidade e gênero é um dos fatores primordiais para que o preconceito e estereótipos sejam combatidos, a fim de que se tenha uma sociedade mais igualitária e respeitosa para com as diferenças, e a escola é o ambiente mais eficaz para que haja uma compreensão humanizadora a respeito dessa temática ainda considerada tabu. Entretanto, “muitas vezes, a escola não é vista como um lugar onde a sexualidade pode ser expressada ou ser discutida” (SEVERO, 2013, p74). Isso muitas das vezes ocorre pelo fato de vivermos numa cultura heteronormativa que restringe o papel social da mulher e o papel social do homem a um educação exclusiva e singular, não permitindo, assim, no âmbito escolar, um currículo que contemple a diversidade sexual, como afirmam Andrade (2013):

Historicamente, a forma como a escola brasileira vem sendo construída fazem dela tributária de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do ‘outro’ (instituído como ‘estranho’, inferior’, ‘pecador’, ‘doente’, ‘perverso’, ‘criminoso’ ou ‘contagioso’) todos aqueles e aquelas que não se enquadram ao único componente legitimado pelo modelo heteronormativo. No espaço da educação escolar, os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/ sexualidade, serão tomados como minoria e serão colocados à margem das precauções de um currículo ou de uma educação que se pretende para a maioria. (ANDRADE, 2013, p. 419).

É dever da escola propiciar ao aluno o seu amadurecimento enquanto cidadão, incluindo-o como agente transformador da sociedade, evitando maiores números de evasão escolar por causa de um ensino excludente, bem como preconceito entre todos que fazem parte do processo educacional. Essas evasões ocorrem, segundo Andrade (2013), pelo fato da escola colocar à margem da normalidade alunos/as que estão em processo de construção social de gênero e sexuais, interferindo nas expectativas quanto ao rendimento e ao sucesso escolar deles/as, produzindo, conforme essa autora, intimidação, insegurança, estigmatização, segregação e isolamento. Dessa forma, a autora conclui que esse silenciamento por parte da escola no tocante a não reflexão acerca de sexualidade/gênero pode também, além de estimular o abandono e evasão escolar, interferir na forma dos jovens, que estão passando por esse processo, rejeitarem-se a si mesmo, pelo fato de promoverem uma internalização da homofobia, negação de si, autculpabilização e autoversão.



Ainda, a autora afirma que a homofobia, na escola, exerce um efeito de privatização de direitos sobre cada um/a desses/as jovens, como se eles/elas não fizessem parte (ou não pertencessem a esse) desse ambiente, sendo ocultados nos discursos dos profissionais da educação ou até mesmo não sendo reconhecidos seja nas atividades propostas pelo professor seja nas discussões realizadas em sala, “conduzindo à naturalização do inaceitável” (ANDRADE, 2013, p.418). Entende-se por homofobia, segundo Borrillo (2010), como uma prática de rejeição ao homossexual e à homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Essa prática manifesta-se através da repulsa, condenação, violência, ódio e diferença ao homossexual. Muitas das vezes, de acordo com esse autor, a homofobia também representa uma manifestação do sexismo, isto é, um preconceito com pessoas com relação ao seu sexo e/ou seu gênero. A heteronormatividade/heterossexualidade impõe-se como padrão na nossa sociedade e, com isso, faz-se acreditar que ela é superior às demais categorias de sexualidade e, por causa disso, perpassa a ideia de que a bissexualidade e a homossexualidade são perversas, imorais, patológicas etc.

A fim de erradicar ou pelo menos amenizar casos de homofobia na escola, é preciso que se promover eventos educativos que estimulem o processo contínuo e progressivo dos alunos, ou seja, promover um trabalho eficaz, na escola, voltado à discussão e ao combate a homofobia, levando, dessa forma, “à criação de condições que permitam a busca por alternativas às estratégias de invenção e fomento de veículos identitários pautados por vitimismo, ressentimento e ódios” (ANDRADE, 2013, p.421).

Nem sempre, porém, a escola reflete sobre valores (entende-se por valores, conforme Costa (2005), no seu livro *Sociologia – introdução à ciência da sociedade*, como juízos e avaliações que os indivíduos desenvolvem por si mesmos e em grupos e que lhes permitem julgar, escolher e orientar seu comportamento), permitindo que os alunos e professores possam entender que a educação deve ser inclusiva. Há tempos que ela prega um discurso delimitador no que diz respeito ao que é de menino e ao que é de menina, reforçando um modelo preconceituoso de sexualidade e/ou gênero. “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 2013, p.79).

Conforme Louro (2013), as escolas estão preferindo optar pelo não-dito, porque é mais fácil deixar desapercebido um homoafetivo, por medo ou por querer garantir a “norma”, do que incluí-lo através de leituras de textos que possam retratar a discriminação dele na sociedade, por exemplo.

A negação dos/as homoafetivos no espaço legitimado da sala de aula acaba por confina-lo às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo,

jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 2013, p.84)

É indispensável que reconheçamos que a sexualidade está na escola, e isso não pode ser ensinado aos alunos apenas do ponto de vista biológico, mas também do ponto de vista social, da identidade de gênero e orientação sexual, pois ela faz parte dos sujeitos e das suas construções afetivo-histórico-culturais. A passagem a seguir reforça a ideia de que a escola, juntamente com família e outros órgãos públicos, não dão tanta atenção para a questão da inclusão do grupo LGBT na escola e em outros ambientes sociais:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado. (JUNQUEIRA, 2009, p. 16)

Um dos meios para erradicar a homofobia dentro e fora da escola é refletir e discutir – nessa ordem – sobre o respeito aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, fazendo com que os alunos compreendam a importância de conviver pacificamente com a diversidade sexual, uma vez que é papel da escola humanizar os alunos, tornando-os cidadãos que saibam respeitar o grupo LGBT em qualquer lugar da sociedade.

Ao invés de a escola ser esse lugar de opressão, ela deve promover debates e palestras, com pais e professores, a fim de esclarecer a importância de discutir, na sala de aula, sobre a diversidade sexual, conscientizando todos que a homolebotransfobia existe e deve ser combatida através de uma educação para a diversidade. Além disso, é necessário que haja uma formação continuada dos professores no que diz respeito à abordagem da sexualidade e Gênero na sala de aula, pois muitos resistem a trabalhar esses assuntos na escola por timidez ou ter desconhecimento sobre tais assuntos.

É bom lembrar que crenças religiosas, achismos ou ensinamentos familiares não podem interferir de nenhum modo nas discussões sobre o respeito à diversidade sexual na sala de aula, pois a escola tem a obrigação de formar alunos conscientes dos acontecimentos sociais, como também ela pode – e deve – dialogar com eles sobre a necessidade de conviver com as diferenças e, acima de tudo, compreender a ideia de que é preciso ver o outro como humano, independentemente de sua cor, orientação sexual, gênero, raça, etnia, religião etc.

Tanto as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) quanto a Lei de Diretrizes e Bases (1996), lei geral da educação brasileira, ressaltam a importância do amadurecimento do aluno



a partir de leituras sobre temas sociais, como maneira de se formar um leitor crítico-reflexivo. Isto é, o aluno tem que estar preparado para as mudanças que a sociedade enfrenta e, com isso, entender que, através da leitura, o preconceito, de modo geral, pode ser colocado de lado, a fim de que haja respeito para com pluralidade sexual e de gênero.

O artigo 1º da LDB (1996) afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Dessa maneira, é necessário, segundo a LDB, que a educação, acima de tudo, seja motivada através de temas que circulem na sociedade e, com isso, possibilite a formação de leitores competentes e sem preconceitos, maduros o suficiente para compreender as mudanças sociais.

Os PCN's e a LDB afirmam que as questões relacionadas com a sexualidade devem ser trabalhadas nas escolas, para auxiliar no combate à violência e à discriminação:

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros. O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. (BRASIL, 1997, p. 28)

Está claro que há uma preocupação desse documento oficial de transformar a escola num ambiente acolhedor com relação à diversidade e que promova aos alunos uma reflexão profunda sobre sexualidade/gênero, levando-os a uma reflexão do seu próprio corpo e das suas próprias escolhas, bem como do convívio com o outro a partir dos seus desejos e orientações.

O Artigo 205 da Constituição Federal afirma que a educação é direito de todos, visando ao exercício da cidadania. Notamos, com isso, que a Constituição também tem uma preocupação em formar brasileiros que tenham o direito de estar bem informados, que possam ter o direito a uma educação democrática, inclusiva, autônoma, crítica e libertadora, capaz de estimular a convivência entre todos e de reconhecer que é na escola que formamos cidadãos respeitosos para com a diversidade. Para isso, é preciso que professores estejam muito bem capacitados e qualificados para promover atividades de inclusão a partir de um currículo que seja também inclusivo.

Entendamos como currículo inclusivo aquele que contempla conteúdos que dizem respeito à minoria e/ou à diversidade. Jesus (sem data) apresenta um modelo de currículo “*Currículo Reconstrucionista Social* <sup>1</sup>- que tem como objetivo principal a transformação social e a formação crítica do sujeito” (JESUS, s/d, p. 6). Esse tipo de currículo possibilita que os professores vejam seus alunos como sujeitos críticos e humanizadores de si, do outro e do seu contexto social. Nesse sentido, essa autora afirma:

A educação é um agente social que promove a mudança. A visão social da educação e currículo consiste em provocar no indivíduo atitudes de reflexão sobre si e sobre o contexto social em que está inserido. É um processo de promoção que objetiva a intervenção consciente e libertadora sobre si e a realidade, de modo a alterar a ordem social. Na perspectiva de reconstrução social agrupam-se as posições que consideram o ensino uma atividade crítica, cujo processo de ensino-aprendizagem deva se constituir em uma prática social com posturas e opções de caráter ético que levem à emancipação do cidadão e à transformação da realidade. (JESUS, s/d, p. 6)

Esse modelo de currículo permite que os docentes planejem aulas que estimulem a reflexão, a mudança de comportamento e o envolvimento da diversidade nas diversas áreas do conhecimento, rompendo, assim, com a perspectiva tradicionalista de ensino (pautado no ensino cartesiano).

É imprescindível que a educação, hoje, esteja atenta aos direitos políticos, sociais, culturais e econômicos para todas as pessoas, na tentativa de garantir uma inclusão de todos e não reforço de uma hierarquização social a qual não estimule a discriminação. No intuito de atender a esses direitos, “pensar no currículo como construção sociocultural e histórica, bem diferente de pensá-lo apenas como grade curricular ou rol de disciplinas” (JESUS, 2008, p.47). Como participantes diretos da educação, nós, professores, podemos adaptar nosso currículo não visando a um aluno pronto e passivo, mas sim um aluno cheio de experiências e (in)verdades que está preparado para ser envolvido num processo ensino-aprendizagem de construção do sujeito social, cultural e

<sup>1</sup> Sobre o Currículo Reconstrucionista Social, Santos e Casali (2009) afirmam que: “O currículo Reconstrucionista tem como concepção teórica e metodológica a tendência histórico-crítica, e como objetivo principal a transformação social e a formação crítica do sujeito. De acordo com McNeil (2001), o reconstrucionismo social concebe homem e mundo de forma interativa. A sociedade injusta e alienada pode ser transformada à medida que o homem inserido em um contexto, social, econômico, cultural, político e histórico adquire, por meio da reflexão, consciência crítica para assumir-se como sujeito de seu próprio destino. Nesse prisma, a educação é um agente social que promove a mudança. A visão social da educação e currículo consiste em provocar no indivíduo atitudes de reflexão sobre si e sobre o contexto social em que está inserido. É um processo de promoção que objetiva a intervenção consciente e libertadora sobre si e a realidade, de modo a alterar a ordem social. Na perspectiva de reconstrução social, agrupam-se as posições que consideram o ensino uma atividade crítica, cujo processo de ensino-aprendizagem deve se constituir em uma prática social com posturas e opções de caráter ético que levem à emancipação do cidadão e à transformação da realidade. Sob o norte de emancipação do indivíduo, o currículo deve confrontar e desafiar o educando frente às situações-problema e temas sociais vs pelemancipação do indivíduo, o currículo deve confrontar e desafiar o educando frente às situações-problema e temas sociais vividos pela comunidade. Por conseguinte, não prioriza somente os objetivos e conteúdos universais, sua preocupação não reside na informação e sim na formação de sujeitos históricos, cujo conhecimento é produzido pela articulação da reflexão e prática no processo de apreensão da realidade (SANTOS E CASALI, 2009, p. 221)”.



historicamente marcado por relações humanas. Com isso, o currículo deve ser organizado tendo em vista o comprometimento do professor para com as questões sócio-cultural-político-históricas do seu tempo, a fim de ressignificar o fazer pedagógico e corporificar personagens que antes não tiveram visibilidade na educação como um todo.

Nesse contexto, entram as questões relacionadas à sexualidade/gênero que estão presentes na nossa sociedade e nos vários setores sociais, embora sejam descartadas por boa parte dos profissionais da educação e não contempladas nos currículos escolares. Para agravar a situação, a sexualidade é controlada por familiares, religião ou pela sociedade heteronormatizada. Muitas das vezes, a sexualidade/gênero é discutida de forma errônea por pessoas que desconhecem o assunto e terminam por julgar, sem fundamento algum, um comportamento que diz respeito à formação de cada ser humano, excluindo qualquer pessoa que não se encaixe nas normas impostas por grupos sociais considerados “superiores”:

Necessitamos discutir os processos de construção ou formação histórica, linguística e social, instituídos na formação de mulheres e homens, meninas e meninos, para colocarmos a sexualidade no campo do prazer e da naturalidade, pois ela é parte constitutiva de todos nós. É importante analisar como, numa sociedade heteronormativa, funciona o discurso para incluir ou excluir significados e assegurar ou marginalizar formas particulares de comportamento. (JESUS, 2008, p.47)

Para que os educadores consigam incluir o grupo GLBT no processo ensino-aprendizagem de forma efetiva, Jesus (2008) apresenta algumas ideias relevantes e necessárias para pô-las em prática na nossa vivência escolar, na tentativa de promover uma educação libertadora. Dentre essas ideias destacam-se: os professores deixarem de ser somente dadores de aula e passarem ser agentes ativos da produção cultural, de modo que a participação deles na educação seja efetiva e colaborativa, corroborando para as mudanças de definição sobre currículo e sobre o fazer pedagógico. Além disso, segundo o autor, os professores deveriam trabalhar a linguagem, dentro da sala de aula, partindo do pressuposto de que ela é uma prática histórica que marca grupos e que esses, por sua vez, são excluídos pela nossa sociedade atual por questões de preconceitos. Desse modo, o professor atento a essas questões pode trabalhar a diversidade sexual, religiosa, ética, racial etc, na sala de aula, promovendo um trabalho de inclusão e, segundo Jesus (2008), destruir mecanismos que impeçam jovens GLBT's de desenvolver suas habilidades e competências no processo de ensino-aprendizagem, bem como possam desenvolver seus talentos num ambiente educacional que estimule respeito a todos/as. Logo, é necessário que a escola crie condições necessárias – através de práticas pedagógicas que desconstruam a ideia de educação voltada para o ser “normal”, “tradicional” – que permitam a busca por alternativas que visem à igualdade de

gênero e de sexualidade, como também às estratégias de (re)valorização do ser LBGT, como afirma a passagem a seguir:

Localizar distorções e corrigi-las: praticar ações importantes na promoção da diversidade como valor positivo, garantindo-lhe efetividade. Do contrário, apenas se constata que somos todos diferentes ou que a diferença é algo positivo, mas não se constroem os mecanismos para a efetiva promoção de equidade e de reconhecimento da diversidade. (JESUS, 2008, p.48)

A efetivação de uma educação para a diversidade só se consolidará quando enxergarmos o processo de ensino-aprendizagem como momentos de libertação e transformação de todos que fazem parte desse processo, garantindo a inclusão da diversidade no currículo escolar e ressignificando o que compreendemos por pedagogia e por educação democrática para todos/as. Entretanto, “uma escola que não respeita a diversidade fecha-se em si mesma, empobrece-se culturalmente e reforça seus preconceitos” (JESUS, 2008, p. 48).

Para Furlani (2011), o currículo escolar sempre privilegiou o heterossexual, o homem, o branco, o ocidental, o cristão, o burguês e o masculino, como representação heteronormativo e socialmente reconhecido como dominantes. Todavia, segundo essa autora, é no século XXI que houve uma preocupação com “o respeito ao diferente, a inclusão escolar, à diminuição das desigualdades sociais” (Furlani, 2011, p.50), justamente por causa dos movimentos LGBT’s que começaram a denunciar a homolesbotransfobia e, conseqüentemente, conquistaram direitos civis e humanos

É através desses acontecimentos que se pensou num currículo pós-estruturalista, currículo esse que incluía “todos os sujeitos humanos representativos de todas as identidades culturais” (Furlani, 2011, p.51) e que

Incluía na sua agenda pedagógica a multiplicidade cultural, os saberes populares advindos das experiências subjetivas dos sujeitos. A educação sexual deve considerar a diferença como produtiva para a vida. Como forma de visibilizar essa diferença nos currículos escolares, é necessário que haja a inclusão, no currículo, de identidades subordinadas. Essa inclusão não se traduz apenas na garantia do acesso desses sujeitos aos bancos escolares (negros, negras, gays, lésbicas, estrangeiros/as, deficientes físicos, etc). Essa inclusão se traduz na visibilidade de sua cultura e de sua história no currículo escolar e na ressignificação positiva dessas identidades e desses sujeitos (FURLANI, 2011, p.52).

Em se tratando de escola democrática e currículo inclusivo, os autores pós-estruturalistas e os defensores do currículo Reconstrucionista Social trazem à tona um modelo de ensino que priorize os conhecimentos dos alunos através de suas interações como o meio social, cultural e histórico. Além disso, a aprendizagem será construída a partir do ponto de vista da cultura. Sendo assim, diante desse perfil de ensino-aprendizagem, a escola, além de ser inclusiva, deve dar condições suficientes para que a diversidade seja trabalhada não somente com seu aluno, mas



também com a comunidade local, num processo contínuo, progressivo e interativo entre professores-alunos-coordenadores-diretores-funcionários-família. Nessa interação, cabem apresentações de seminários, palestras, debates, mesas-redondas, exposições, dentre outras possibilidades que promovam uma dinamização crítica no tocante ao respeito à diversidade sexual.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletir e discutir sobre sexualidade e gênero é um dos fatores primordiais para que o preconceito e estereótipos sejam combatidos, a fim de que se tenha uma sociedade mais igualitária e respeitosa para com as diferenças, e a escola é o ambiente mais eficaz para que haja uma compreensão humanizadora a respeito dessa temática ainda considerada tabu. É dever da escola propiciar ao aluno o seu amadurecimento enquanto cidadão, incluindo-o como agente transformador da sociedade. Com isso, é indispensável que reconheçamos que a sexualidade está na escola, e isso não pode ser ensinado aos alunos apenas do ponto de vista biológico, mas também do ponto de vista social, da identidade de gênero e orientação sexual, pois ela faz parte dos sujeitos e das suas construções afetivo-histórico-culturais.

A existência de leis educacionais que orientam os professores a trabalharem temas que circulem na sociedade e que são considerados tabus atesta ainda mais não só a necessidade de discussão a questão da diversidade sexual, como a relevância de estudos como o que pretendemos realizar. Nesse sentido, tanto as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) quanto a Lei de Diretrizes e Bases (1996), lei geral da educação brasileira, ressaltam a importância do amadurecimento do aluno a partir do trabalho com temas sociais, como maneira de se formar um leitor crítico-reflexivo. A título de exemplificação, lembremos que o artigo 1º da LDB (1996) afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Defendemos, portanto, que o trabalho com o texto literário pode contribuir para que sejam formados alunos críticos, respeitosos e abertos à pluralidade amorosa, bem como para que a escola possa se tornar um espaço de inclusão e socialização entre todos, independentemente do sexo/gênero a que pertençam.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Vol. 1. Linguagens, códigos e tecnologias. Julho de 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.

DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. **Gêneros e progressão em expressão oral e escrita**. In “Gêneros Orais e escritos na escola”. Campinas(SP): Mercado de Letras; 2004.

GARCIA, Wilton. **A forma estranha: ensaios sobre cultura e homoerotismo**. São Paulo: Edições Pular, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental**. Ministério da Educação, Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

OLIVEIRA, T. L. **Teoria Queer e estigma: a construção de performances homoafetivas em narrativas de histórias de vida**. Tese de Doutorado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Sequência Didática Interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RENA, Luiz Carlos Castello Branco. **Sexualidade e adolescência**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. **Gênero e Sexualidade: Grupo de discussões como possibilidades formativa**. São Paulo: Paco Editorial, 2013.

SILVA, Clemildo Anacleto da. **Diversidade na educação, respeito e inclusão: valores éticos e comportamentos pró-sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS: Editora Universitária Metodista IPA, 2012.

SILVA, Antônio de Pádua Dias de. RIBEIRO, Maria Goretti. **Rumo dos estudos de gênero e de sexualidades na agenda contemporânea**. – CG: EDUEPB, 2013.